

Associação Beneficente Rio Criança Cidadã

CGC 73.759.979/0001-60

BALANÇO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997
ATIVO

CIRCULANTE			
DISPONÍVEL			
Bancos c/Mov	14.596,45		
Aplicações Financeiras	98.443,34		113.039,79
PERMANENTE			
Investimentos			2.714,45
IMOBILIZADO			
Máquinas e Equipamentos	48.432,12		
Depreciação	(-) 6.097,29	42.334,83	
Ferramentas	21.636,41		
Depreciação	(-) 3.524,74	18.111,67	
Instalação	5.171,48		
Depreciação	(-) 394,40	4.777,08	
Móveis e Utensílios	54.100,39		
Depreciação	(-) 8.138,80	45.961,59	
Equip. de Escritório	84.460,46		
Depreciação	(-) 14.064,11	70.396,35	
Veículos	13.203,00		
Depreciação	(-) 2.640,60	10.562,40	
Instrumentos Musicais	21.844,00		
Depreciação	(-) 2.130,97	19.713,03	
SOMA DO ATIVO			211.856,95

PASSIVO

CIRCULANTE			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio	286.851,75		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO			
Superávit do Exercício	40.759,44	327.611,19	
Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial somando no Ativo e Passivo a importância de R\$ 327.611,19 (trezentos e vinte e sete mil seiscentos e onze reais e dezenove centavos)			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997

RECEITAS OPERACIONAIS			
Contribuições e Doações	205.964,09		
Receita Bruta		205.964,09	
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS			
Aplicações Financeiras		18.683,35	
TOTAL DAS RECEITAS			224.647,44
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas c/Pessoal	13.242,21		
Encargos Sociais	1.147,36		
Prestações de Serviços	4.800,25		
Despesas c/Custeio	1.720,00		
Impostos e Taxas	2.326,57		
Conserv.c/Instalações e Reparos	27.028,53		
Depreciação	22.756,63		
Despesas Financeiras	1.013,35		
Despesas Administrativas	109.853,10		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO			183.888,00
			40.759,44

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ABRCC

O Conselho Fiscal da Associação Beneficente Rio Criança Cidadã, no uso de suas atribuições estatutárias. Declara que examinou o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1997 e, por refletirem adequadamente a posição patrimonial da entidade. Naquela data, seus membros abaixo assinados manifestaram-se favoravelmente à sua aprovação pela assembleia geral. Rio de Janeiro, RJ, 04 de março de 1998.

Lourival Domingos Costa - Contador - Reg. 998 - CRC-RJ.

(Nº 88.062 - 2-4-98 - 18cm - R\$ 266,04)

Partido Comunista do Brasil-PC do B

Comitê Central

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 22 DE MARÇO DE 1998

Normatiza o processo de deliberação sobre as candidaturas de presidente e vice-presidente da República e coligações em nível nacional, bem como a realização das Conferências Estaduais para a escolha dos candidatos do Partido e deliberação de coligações às eleições de 1998.

O Comitê Central do PCdoB, em cumprimento ao que estabelece a Lei 9.504/97 (art. 7º) e o Estatuto partidário (art. 29, alíneas "c", "e" e "f"), aprova a seguinte Resolução:

Art. 1º - A escolha dos candidatos a presidente e a vice-presidente da República e a deliberação sobre coligação em nível nacional dar-se-á em reunião plenária do Comitê Central no período de 10 a 30 de junho de 1998.

Art. 2º - A escolha dos candidatos e a deliberação sobre coligações para as eleições de governador e vice-governador de Estado, de senador, de deputado federal e deputado estadual será feita pela respectiva Conferência Estadual do Partido, ad referendum do Comitê Central. (Estatuto, art. 37, alínea "c")

Art. 3º - A Conferência Estadual será convocada pelo Comitê Estadual respectivo, para realizar-se entre 10 e 30 de junho de 1998 (Lei 9504/97, art. 8º, Estatuto, art. 39, alínea "a").

§ único - O registro dos candidatos e coligações só poderá ser requerido após decisão da Conferência realizada e no período previsto em Lei.

Art. 4º - A conferência será aberta e instalada pelo Presidente estadual do Partido, e na sua ausência, por seus substitutos regimentais.

Art. 5º - A Conferência Estadual constituir-se-á de delegados eleitos em Conferências Municipais, as quais, são precedidas de Conferências Distritais ou de Empresa, onde houver o respectivo Comitê, ou de Assembleia de Base para as quais são convocados todos os filiados do Partido.

§ 1º - Nos municípios onde o Partido não possui Organizações de Base, Comitês Distrital ou de Empresa, a Conferência Municipal constituir-se-á da Assembleia dos filiados no município.

§ 2º - A Conferência Estadual se instala e funciona estando presentes a maioria dos delegados eleitos.

Art. 6º - Caberá à Comissão Política do Comitê Estadual, apresentar para debate e deliberação da Conferência Estadual a proposta inicial de coligação e a lista dos candidatos aos pleitos majoritário e proporcional.

Art. 7º - A proposta de coligação e a lista dos candidatos serão aprovadas por maioria simples de votos dos delegados. (Estatuto, art. 18)

Art. 8º - Os candidatos serão aprovados por votação uninominal.

Art. 9º - A Conferência poderá delegar ao Comitê Estadual a atribuição de decidir sobre coligação e aprovar a lista dos candidatos.

Art. 10º - Nos Estados em que os Comitês Estaduais sejam provisórios e tenham sido atingidos os preceitos estatutários (Art. 20, parágrafos 4º e 5º), a Conferência Estadual deverá eleger o Comitê Estadual definitivo.

Parágrafo Único - As Conferências Estaduais elegerão Comitês Estaduais onde o mandato desses houver expirado.

Art. 11 - A Conferência Estadual será convocada com antecedência que permita a realização das Assembleias de Base e das Conferências Municipais, para dia, local e horário que melhor atenda as finalidades a que se destina, a critério do próprio Comitê.

§ 1º - O edital de convocação da Conferência Estadual, contendo dia, local, hora e a pauta, será afixado na sede do Partido e encaminhado para afixação no mural do Tribunal Regional Eleitoral. O edital deverá ser publicado em órgão da imprensa.

Art. 12 - Da Conferência lavrar-se-á ata circunstanciada, contendo:

- assinaturas dos participantes;
- local, dia e hora;
- deliberações aprovadas;
- a quantidade de candidatos que o Partido pretende lançar e a relação nominal dos candidatos aprovados, bem como os números a eles atribuídos;
- breve relato dos debates havidos;
- os poderes expressos delegados ao Comitê Estadual, se for o caso; e
- as assinaturas, ao final, do Presidente e do Secretário dos trabalhos.

Parágrafo Único - a ata será lavrada em livro próprio, aberto e rubricado pela Justiça Eleitoral. (Lei 9504/97, art. 8º)

Art. 12 - Os Comitês Estaduais Provisórios exercerão todas as atribuições conferidas aos Comitês Estaduais.

Art. 13 - Os casos não previstos em Lei, no Estatuto ou Regimento Interno do PCdoB, ou nesta Resolução, bem como as normas complementares, serão resolvidos pelo Comitê Central, pelo Comitê Estadual e pela Conferência Estadual.

JOÃO AMAZONAS DE SOUZA PEDROSO
Presidente do Comitê

JOSÉ RENATO RABELO
Vice-Presidente do Comitê

(Nº 88.116 - 2-4-98 - 25cm - R\$ 369,50)

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

DESPACHOS

Em 2 de abril de 1998

Processo nº 1864/95

Despacho de 3.4.98 - Extrato nº 1/98-GDTEC

A vista do exposto na Nota Informativa nº 12, de 20 de março de 1996, da Gerência de Desenvolvimento Tecnológico, reconhecemos a condição de dispensa de licitação, com fundamento no art. 21, inciso IX, do Regulamento de Licitações e Contratos do SEBRAE, aprovado pela Resolução CDN nº 07, de 27 de Fevereiro de 1997 para credenciamento, com a finalidade de executar serviços de consultoria tecnológica para empresas, visando repassar as tecnologias existentes, das entidades constantes da relação anexa.

MIRIAM MACHADO ZITZ
Gerente de Desenvolvimento Tecnológico

Ratifico, na forma do art. 23 do Regulamento de Licitações e Contratos do SEBRAE, aprovado pela Resolução CDN nº 07, de 27 de Fevereiro de 1997, a dispensa de licitação para contratação, com fundamento no art. 21, inciso IX do mesmo Regulamento, das entidades constantes da relação anexa, para prestação de serviços de consultoria tecnológica para empresas no âmbito do Programa de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas - PATME, objeto do Convênio nº 009/96, firmado entre o SEBRAE e a FINEP.

FERNANDO GIUBERTI NOGUEIRA
Diretor de Administração e Finanças

PATME - Programa de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas
Instituições Tecnológicas Credenciadas

Estado	Instituições Tecnológicas
SP	UNESP - FACULDADE DE ENGENHARIA DE ILHA SOLTEIRA
SP	INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES - IPEN
SP	DEPARTAMENTO DE PETROLOGIA E MATALOGENIA - IGCE-UNESP-CAMPUS RIO CLARO
CE	EMBRAPA - CENTRO NACIONAL DE PESQUISA DE CAPRINOS
MG	SENAI - CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL AMÉRICO RENE GIANNETTI
SP	ESCOLA SENAI - MARIANO FERRAZ
SP	ESCOLA SENAI - LUIS EULALIO DE BUENO VIDIGAL FILHO
MG	SENAI - CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL FIDELIS REIS
SP	EMPRODEQUI-JR - EMPRESA JÚNIOR DE PROJETOS E DESENVOLVIMENTO EM QUÍMICA

(Of. nº 25/98)

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Distrito Federal

AVISOS DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 2/98

OBJETO: Seleção de uma empresa especializada na locação de mão-de-obra para a prestação de serviços para o SEBRAE/DF. LOCAL DE OBTENÇÃO DO EDITAL: Na Sede do SEBRAE/DF, sito no SIA Trecho 03 Lote 1580, Brasília/DF, no horário de 09:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h, em dias úteis. Informações pelo telefone 362-1614. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Na Sede do SEBRAE/DF, sito no SIA Trecho 03 Lote 1580, Brasília/DF, no dia 16 de abril de 1998, às 10:00 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/98

OBJETO: Seleção de uma empresa especializada para a prestação de serviços de emissão e fornecimento de passagens aéreas, terrestres e marítimas, domésticas e internacionais, marcação de viagens e outros serviços compreendidos em sua atividade, bem como o acompanhamento dos serviços prestados por terceiros. LOCAL DE OBTENÇÃO DO EDITAL: Na Sede do